

AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO – PARA ALÉM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Isabel Silveira da Silva Leite²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar uma política de acesso que vem sendo utilizada pelas instituições de ensino superior privadas para captação de alunos, para além das políticas de iniciativa pública. Uma análise mais atenta nos faz perceber que um site de convênio, que convencionamos chamar de *groupons* educacionais, o Educa Mais Brasil estaria sendo responsável pela captação de alunos para essas instituições. O esforço é tentar entender os interesses por trás desse mecanismo de acesso, quem são os responsáveis, qual público pretende atender e o impacto que ele vem causando. É importante salientar que essa política de acesso ainda é pouco estudada o que provoca um vazio teórico para análises mais aprofundadas e que a pesquisa ainda está buscando compreender algumas hipóteses.

Palavras-chaves: ensino superior; políticas de acesso; público-privado.

Introdução

O desenvolvimento deste trabalho tinha como objeto de estudo as políticas públicas utilizadas pelas instituições privadas, mas com minha inserção a campo de pesquisa durante o mestrado, surge a percepção que algumas instituições não estavam mais utilizando políticas públicas como: PROUNI e FIES para conquistar novos alunos/clientes. A pergunta que ficou foi: porque as instituições privadas rompem com essas políticas, já que elas possuem como contraponto isenção fiscal? Isso nos coloca outras particularidades que estão para além do que estaríamos pesquisando e relativizando. A afirmação de que não há grande perda de demanda com a saída desses incentivos governamentais abre espaço para pensarmos em quais são então as necessidades dessas instituições.

Mesmo com múltiplas políticas governamentais (seja nas IES públicas ou privadas) uma parte dos estudantes que desejavam estar no ensino superior não conseguiam acessar esse ensino por nenhuma dessas alternativas. As políticas, e podemos pensar por diversos critérios, ainda não chegavam até esse estudante. Seja por critério de renda e escolaridade pública (ProUni), por critério de ações afirmativas e ele não conseguisse concorrer a vaga, ou ainda que mesmo alcançando os critérios citados anteriormente, este

¹ Trabalho organizado como síntese da pesquisa do mestrado concluída em fevereiro de 2017, sendo que a pesquisa desdobrou para alguns pontos que ainda precisam ser continuados em trabalhos futuros.

² Docente no Colégio Pedro II, Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense

estudante esbarre na barreira meritocrática (nota do ENEM), esses estudantes seriam os ‘órfãos do sistema’, os ainda assim excluídos das oportunidades? E aí devemos pensar em estudantes de camada mais pobre que só consegue ascender ao ensino superior por conta desse mecanismo.

A descoberta sobre uma estratégia de acesso a IES privadas, surgiu ao ver um anúncio sobre esse “*site* de convênio” (em especial, o Educa Mais Brasil³) em uma rede social. Por que as instituições estão incluindo políticas de acesso que envolvem parcerias privadas, seja por bolsas da própria instituição ou por meio de *sites* de convenio, que não oferecem a instituição nenhuma contrapartida financeira (de forma direta)?

Justificativa

Várias dúvidas surgiram nesse momento: o que seria esse programa? Qual seria seu funcionamento? Há ligação com o governo através de isenções; e quem estaria por trás desses sites (grandes grupos corporativistas, universidades e institutos)? Depois de apresentado as dúvidas e descobertas: Qual o verdadeiro impacto nas instituições que se conveniaram a esses *sites*?

Durante a pesquisa conseguimos perceber alguns indícios que nos ajudam a refletir sobre a escolha dessa política de acesso, esses sites de convênio não selecionam seus estudantes com critérios sociais, podendo qualquer estudante que deseja se tornar um ‘associado’ o que dificulta um pouco a percepção das ideias por trás desse sistema.

Isso nos mostra que as IES privadas constroem diferentes formas de captar e manter os estudantes, baseado na relação clientelista entre os estudantes e a instituição, como mostra a análise de Catani e Oliveira (2007) que acreditam que o funcionamento das IES com fins lucrativos modifica a identidade e joga as IES dentro da lógica mercantilista. Ao se inscrever o estudante precisa pagar uma taxa com o valor equivalente a mensalidade integral para conseguir fazer o cadastro, e esta taxa precisa ser renovada a todo semestre para que a bolsa seja renovada. Não há comprovação de renda e nem muitas burocracias, o estudante de inscreve para participar do convênio, ganha uma carta de apresentação e

³ Educa Mais Brasil foi fundado em 2003 e é um parceiro do Instituto Educar – Instituto Educa Brasil Programas Educacionais Ltda., que tem como objetivo democratizar o Ensino Superior seja por programa de concessão de bolsas ou crédito educativo. (<http://www.institutoeducar.com.br/>)

presta o vestibular que a própria instituição determinar. A única exigência é que o estudante mantenha a mensalidade em dia.

Metodologia

A metodologia utilizada para o trabalho foi uma pesquisa bibliográfica e documental sobre políticas e “sites de convênio”, aqui podemos perceber que há uma necessidade de investigar as políticas dos sites de concessão de bolsas já que não há produção científica sobre essa forma de acesso que vem crescendo. Ainda houve por parte da pesquisadora uma inserção e conversa com estudantes que entraram por essa iniciativa e com uma gestora da instituição pesquisada. A pesquisa ainda carece de continuidade e inserções em campo para ouvir mais gestores das instituições e seus estudantes.

Considerações Finais

Esse trabalho é desdobramento de uma dissertação, são os achados que nela encontramos e da qual precisamos nos debruçar em próximos estudos para que consigamos desvelar esse mecanismo de acesso ao ensino superior que ainda é pouco pensado.

Algumas hipóteses, não muito aprofundadas e que não nos deixam esperançosos é de que essas instituições estariam abrindo mão do perfil do estudante do PROUNI, com renda mais baixa e proveniente de escola pública para, sem perder a ‘clientela’, focar em estudantes com maior renda que não tenha conseguido ingressar em instituições públicas. A ideia é continuar desvendando este campo de pesquisa em busca de maior entendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13/07/2001.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14/01/2005.

_____. Medida provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

assistência social no ensino superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27/09/2004.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J.F. A educação superior. In: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (Org.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2007, p 73-84.

EDUCA MAIS BRASIL. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/default.>> Acesso em: 10 fev. 2016.

INSTITUTO EDUCAR. Disponível em: <<http://www.institutoeducar.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LEITE, Isabel Silveira da Silva Leite. Entre o público e o privado: adequação às políticas de acesso ao ensino superior. 2017, 157 páginas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 19, n.3, p.723-747, Nov 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SILVA, Angela Carrancho C. Entrevista. In: Elliot, Ligia Gomes. (Org.). Instrumentos de Avaliação e Pesquisa. 1ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012, v. 1, p. 149-192.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, Ago 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2015.